

EDUARDO SOUZA DE PAULA

**NEOLIBERALISMO E A DESIGUALDADE SOCIAL DOS
ÚLTIMOS 30 ANOS**

Monografia de Bacharelado em Economia

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

PUC – São Paulo

Novembro - 2022

EDUARDO SOUZA DE PAULA

**NEOLIBERALISMO E A DESIGUALDADE SOCIAL DOS
ÚLTIMOS 30 ANOS**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de *BACHAREL* em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação da Professora Doutora Mônica Landi.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

PUC – São Paulo

Novembro – 2022

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, que me possibilitaram o ingresso e permanência na instituição, a professora Monica Landi, pelo auxílio na reestruturação do projeto, ao professor Cesar Leite por ter me assistido nos primeiros passos do trabalho.

Gostaria também de agradecer os professores Júlio Pires e Leslie Beloque, que não contribuíram com a formulação do projeto, mas contribuíram na construção de minha visão socioeconômica.

DE PAULA, E.S. **Neoliberalismo e a desigualdade social dos últimos 30 anos.** São Paulo - SP, 2022. [Monografia de Bacharelado - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

RESUMO

Os ideais neoliberais foram amplamente difundidos na economia moderna, sendo que o caso nacional não foi diferente, considerando a implementação do consenso das ideologias liberais em 1994. O Brasil adotou e manteve a conjuntura econômica liberal até os dias atuais. Essa produção textual tem como objetivo principal a elaboração de uma análise comparativa entre as políticas liberais adotadas pelos governos nacionais e o combate à desigualdade social gerado por políticas de cunho social. Seguindo a cronologia de sucessão presidencial, comparou-se o consenso liberal desde o presidente Fernando Henrique Cardoso até o presidente Jair Messias Bolsonaro.

Palavras-chave: desigualdade social, políticas públicas, neoliberalismo, estrutura econômica.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receita fiscal do governo federal.....	16
Gráfico 2 - Coeficiente de Gini 2º governo FHC	17
Gráfico 3 - Taxa de pobreza e índice de Gini em (%)	20
Gráfico 4 - Dívida fiscal em milhões.....	29
Gráfico 5 - Insegurança alimentar por regiões do Brasil.....	36

SUMÁRIO

1	Introdução	8
2	Precedentes históricos	11
2.1	Governo FHC: a “modernização globalizada”	13
2.2	Governo Lula; rompimento ou continuidade?	17
3	A gestão Michel Temer: uma Ponte para o Futuro	22
3.1	As reformas do governo Michel Temer	27
4	Governo Bolsonaro: a disseminação da crise social	31
5	Considerações Finais.....	38
	Referências Bibliográficas	41

1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 30, a economia mundial ruiu com a crise de 1929 e a quebra da bolsa de valores norte-americana. Nesse período, a economia mundial havia sido impactada e um ciclo vicioso instaurava-se, com o aumento do desemprego, a redução nos salários e a contração da demanda. A política keynesiana apresentada na década de 30, tinha como objetivo formular medidas econômicas, em sua maioria intervenção estatal na economia para romper com o ciclo da crise econômica.

Assim, instaurava-se uma nova visão macroeconômica: o “desenvolvimentismo”. Tal visão adotada pelas economias mundiais possuía o estado como novo agente econômico, o qual intervia na economia por meio de políticas públicas. Surgido na Europa Ocidental, na segunda metade do século 20, o *Welfare State*, ou estado de bem-estar social, tinha como objetivo a manutenção de algumas áreas socioeconômicas, educação, saúde, moradia. Essas medidas acrescentaram papéis ao estado, aumentando sua importância e seu tamanho na economia.

O rompimento com o desenvolvimentismo econômico esgota-se durante a década de 80, após alguns choques na economia mundial durante a década de 70, e o aumento da taxa de juro norte-americana. Os países subdesenvolvidos, em especial, países latino-americanos, entram em uma crise econômica, com alta taxa de inflação e baixo crescimento econômico. Surge assim, um novo debate econômico, que visava alterar o sistema vigente na época. Países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a Inglaterra, e os órgãos econômicos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) entram em um consenso econômico de quais políticas deveriam ser adotadas para o enfrentamento da crise de estagnação. O Consenso de Washington altera a conjuntura econômica dominante e os países latino-americanos passam a adotá-lo como rota de fuga da crise econômica, e receita para o desenvolvimento econômico. Além disso, tal cartilha neoliberal, ao reestruturar os modelos econômicos mundiais, também altera a perspectiva de

líderes nacionais quanto a demanda social por igualdade e justiça social, tornando-a um impasse para os objetivos econômicos.

Tendo em vista o capitalismo como sistema econômico vigente no mundo e a realidade social e economicamente desigual do Brasil, uma análise profunda do combate político à desigualdade social em nosso país torna-se fundamental para acrescentar à discussão e reflexão crítica já existente na sociedade brasileira. Sendo a isonomia um princípio e direito garantido em Constituição a todos os brasileiros, é possível indagar quais são os limites em que a desigualdade social no Brasil fere tal artigo constitucional diante da impossibilidade de acesso a itens básicos de sobrevivência (como alimentos e moradia) e das condições indignas de vida que são impostas a tantos brasileiros.

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.
(BRASIL, 1988)

Assim, a justificativa encontrada para analisar a temática da desigualdade no contexto brasileiro destaca-se pela relevância dos impactos gerados por uma alta desigualdade social, incluindo os efeitos sociais, como em educação, saúde, moradia, com parte da sociedade não obtendo acesso a esses direitos. No âmbito econômica, a desigualdade influencia as taxas de crescimento econômico, impactando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) potencial. Stiglitz (2013) apresenta em sua obra que a desigualdade social impacta diretamente no crescimento econômico, e que um enfrentamento a desigualdade não é apenas correto no ponto de vista moral, mas também correto do ponto de vista econômico, uma vez que taxas de desigualdade social menores proporcionariam a economia taxas de crescimento maiores. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo analisar os efeitos das políticas adotadas em alinhamento com a cartilha neoliberal, e comparar a adoção do Consenso de Washington e seus efeitos na desigualdade social.

O período e o contexto analisados nessa produção é dos governos brasileiros de 1994 até atualmente: do governo de Fernando Henrique Cardoso,

popularmente conhecido como FHC ao governo de Jair Bolsonaro. A escolha por iniciar a análise no período descrito tem como justificativo o fato de o governo FHC adotar por completo as medidas do Consenso de Washington, possibilitando um comparativo, mais fidedigno, com a desigualdade social e os parâmetros neoliberais.

O período de Fernando Collor de Melo foi desconsiderado, pois o presidente não completou seu mandato, decorrente do confisco de poupança. O Impeachment sofrido por Collor em 1992 rompe com a linha política do presidente, empossando seu vice, Itamar Franco, que tem como objetivo central a implementação do Plano Real. Com a quebra na estrutura política econômica da época, e a visão neoliberal ainda não havia sido amplamente difundida. não seria honesta a abordagem comparativa, portanto, utilizar os mandatos de Collor e Itamar como pontos comparativos com a desigualdade seria incorreto, pois a implementação do Consenso de Washington decorre em sua totalidade no governo FHC.

2 PRECEDENTES HISTÓRICOS

A fim de analisarmos os efeitos da estrutura econômica adotada nos últimos 30 anos e seus resultados sobre a desigualdade social, é fundamental compreender os fatos históricos vigentes na época, os quais promoveram a adoção do atual sistema socioeconômico.

O intervalo temporal dos anos 70 foram marcados por um forte caráter desenvolvimentista, pautados pelo investimento nas indústrias de bens de capital e bens de consumo duráveis, sendo tal investimento liderado pelo setor público em quase todos os setores. A baixa taxa de juros praticada pelo Estados Unidos na época, permitiu que o governo brasileiro sustentasse sua chance de desenvolvimento com capital externo.

O ciclo de desenvolvimentismo é rompido quando ocorre uma crise geral na economia e no mercado norte-americano, os dois choques do petróleo nos anos 70 influíram diretamente no preço dos barris. De acordo com Fiori (2003), o estado desenvolvimentista perdeu apoio social, da classe média, do setor empresarial e até do próprio capital externo, pressionando o estado brasileiro a romper com seu ciclo de desenvolvimento e gastos públicos acelerados. Assim, o governo adota novas medidas, alinhado a um plano de estabilização concebido pelo fundo monetário internacional (FMI).

Conforme apresentado por Silva (2017), as medidas econômicas da década de 70 deixaram a econômica brasileira refém do aumento dos juros norte americano. Com a dívida externa atrelada à flutuação dos juros, a economia encontrava-se em uma situação de fragilidade. A mudança do juro somado às mudanças do setor externo, resultaram numa crise de grandes proporções para o Brasil e os países da América Latina, com um aumento inflacionário e estabilização econômica, período esse que ficou conhecido como a década perdida.

Ainda na visão de Silva (2017), a crise brasileira impactou diretamente na capacidade de investimento estatal, resultando numa fuga de capital. O Brasil, em

meio aos desastres econômicos, recorre ao FMI, adotando uma política de ajuste econômico recessivo, com objetivo de gerar recurso por meio de exportações, para arcar com os encargos da dívida por meio do envio desses recursos ao exterior.

A crise fiscal dos anos 80 não foi algo exclusivo do cenário brasileiro, durante essa década, os choques externos e o aumento dos juros afetaram boa parte da América Latina. Segundo Bresser-Pereira (1991), a América Latina passou pela pior crise de sua história durante a década de 80, período marcado pela queda na renda per capita, diminuição do crescimento econômico, diminuição nos investimentos, e sobretudo, um forte aumento na inflação. As médias inflacionárias latino-americanas saltaram de 54,9% para 1.157,6% de 1980 a 1989, respectivamente.

Mediante a um cenário de crise econômica, em especial nos casos de países que haviam passado por um período recente de industrialização e um aumento de financiamento dos investimentos com capital externo, os órgãos econômicos internacionais e países desenvolvidos como Estados Unidos, Inglaterra, e outros membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tinham um diagnóstico consensual sobre os efeitos causadores da crise econômica que vigorava nos países da América Latina.

Em resposta à crise, surge no cenário internacional uma nova estrutura de pensamento econômico que viria a se tornar a visão dominante. Como apresentado por Bresser-Pereira (1991), a resposta à crise dos movimentos desenvolvimentistas foi o surgimento de um pensamento neoliberal. Tal linha de pensamento marcaria o rompimento do desenvolvimentismo praticado pelo estado, sendo substituído por práticas econômicas mais liberais. Esse roteiro econômico defendido seria a solução da crise enfrentada na América Latina.

O diagnóstico de solução foi pautado em 10 áreas de atuação, as quais são: (1) Disciplina fiscal; (2) Priorização dos gastos públicos; (3) Reforma tributária; (4) Liberalização financeira; (5) Regime cambial; (6) Liberalização comercial; (7) Investimento direto estrangeiro; (8) Privatização; (9) Desregulação; (10) Propriedade intelectual. Esse “manual” foi nomeado de Consenso de Washington

(1989). Batista (1994) resumiu as dez áreas em dois pontos principais: uma redução drástica do estado e uma forte abertura no mercado de importação de bens e serviços somado à entrada de capital de risco. Ambos os pontos visam a supremacia de um mercado autorregulável, e com menor nível de regulamentação econômica.

O Consenso de Washington foi deliberadamente difundido no âmbito econômico, tal que diversos países adotaram o Consenso como estrada para o desenvolvimento, incluindo o Brasil. Em 1989, mesmo ano em que ocorreu o Consenso de Washington, Fernando Collor foi eleito presidente da república. No entanto, a correlação entre a cartilha neoliberal de 1989 e seus efeitos na desigualdade social pode ser analisada a partir do governo subsequente ao mandato Collor, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Diferentemente de Collor, que foi impedido de dar prosseguimento ao decálogo do Consenso de Washington, FHC conduziu as políticas modernizadoras. (NOVAES, 2008, p.10)

2.1 Governo FHC: a “modernização globalizada”

Em 1994, o então candidato Fernando Henrique Cardoso, ganha as eleições, dando início a um o governo que viria a marcar nitidamente o rompimento com a estrutura econômica que marcou a década de 70. Antes pautado no desenvolvimentismo econômico traçado pelo estado, o governo de FHC alterou o modelo econômico brasileiro, convertendo em um que utilizava as bases disseminadas pelo Consenso de Washington, com um alinhamento a estruturas de livre comércio e diminuição do estado.

As ações do governo FHC logo passaram a adotar um caráter liberal. Já no primeiro ano de mandato efetivo, em 1995, o governo passa por um plano de reforma do aparelho estatal: o Plano Diretor para Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), o qual tinha como objetivos modernizar o estado com os moldes do mercado privado e diminuir os gastos públicos buscando um ajuste fiscal.

São inadiáveis (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de

uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para esses serviços sociais; e (5) reforma do aparelho do estado do Estado, com vistas a aumentar sua “governança” ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (BRASIL, 1995a, p.17).

O PDRAE (CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO, 1995) apresenta duas visões diferentes para administração pública, a primeira visão correlaciona a administração composta dos anos 30 até o final da ditadura militar (1985), ao quadro de industrialização no setor produtivo de bens e serviços. Nessa visão, considera-se que, a partir da reforma no governo Vargas, a administração pública sofreu um processo de racionalização com surgimento de carreiras burocráticas, a qual adotou o concurso como forma ao acesso público e foi nomeada de administração burocrática. Outra visão é a de administração gerencial, a qual visa alterar o sistema vigente de administração pública para o um modelo gerencial, isto é, uma aproximação do modelo administrativo mais voltado para lógica de mercado, simplificando a burocracia e os processos administrativos.

Após a adoção e diferenciação entre administração burocrática e gerencial, o estado estrutura-se em quatro pilares centrais para efetuar a reforma administrativa (1) Núcleo estratégico, que contempla as áreas do legislativo, judiciário, executivo e ministério público; (2) Atividades exclusivas, considerando a existências de algumas atividades que apenas o estado poderia exercer, como fiscalização de imposto, saneamento, previdência social; (3) Serviços não exclusivos, a qual abrange o setor em que o estado atua simultaneamente com organizações privadas, como por exemplo hospitais, universidades e centros de pesquisa; (4) Produção de bens e serviços para o mercado com as atividades econômicas voltadas para o lucro, setor de infraestrutura, e atividades ligadas ao investimento de capital privado.

O Plano Diretor, anteriormente discutido, alterou o sistema administrativo de quase todos esses pilares, com exceção ao núcleo estratégico. Aproximando a administração dos setores à lógica de eficiência, o setor de produção de bens e serviços desloca-se em grande parte para o setor privado. Um fator de destaque

nos governos FHC foi o forte comprometimento com projetos de privatização de empresas estatais, no qual o governo utilizou-se de leis, decretos e medidas provisórias para a diminuição do tamanho do estado. A Medida Provisória 841/1995 (BRASIL, 1995b) promoveu mudanças na lei 8.031 (BRASIL, 1990) e criou o Conselho Nacional de Desestatização (CND). Considerando apenas o período do primeiro mandato de FHC, trinta e uma empresas foram desestatizadas em setores como energia, mineração, transporte e comunicação, somando cerca de 31,9 bilhões os valores arrecadados pelo estado.

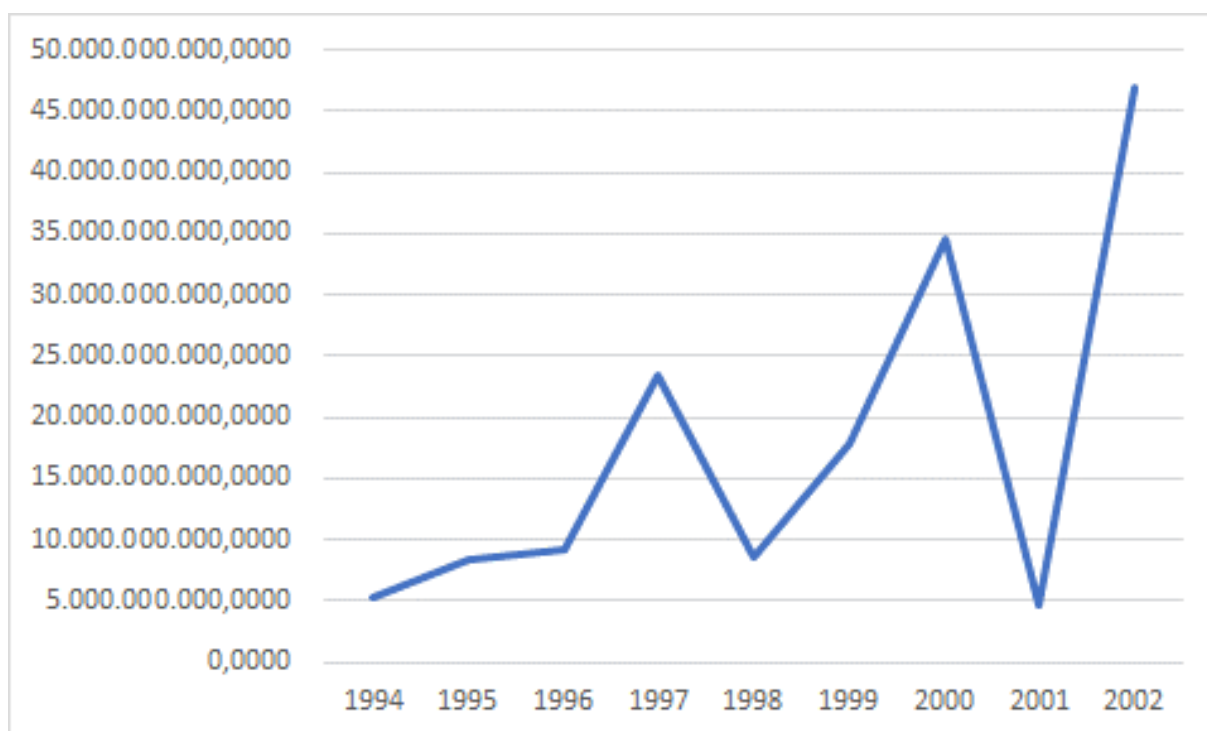
Como demonstrado por Rodrigues e Jurgenfeld (2019), a característica de diminuição do estado por intermédio de privatização era um ponto central dos objetivos governamentais da época, com o próprio presidente fazendo propaganda das desestatizações, com convites a empresas europeias para participar de leilões de empresas nacionais. A maior operação desse período de privatizações ocorreu no sistema Telebrás, em que sua venda somou a quantia de R\$ 22 bilhões, a maior quantia desembolsada por capital estrangeiro nesse contexto.

Outro setor de atuação do governo FHC foi o social, separando o núcleo de sua política social em três principais questões: o primeiro eixo foi de programas sociais públicos, educação, saneamento, previdência, entre outros, com proposta de melhoria na qualidade e na eficiência dos serviços estatais prestados e com um aumento na distribuição desses serviços. O segundo eixo executou uma seleção de programas sociais prioritários, garantindo financiamento, regulação da implementação e cumprimento das metas estabelecidas, tendo como objetivo combate à desigualdade e à pobreza. O terceiro eixo foi de combate direto à pobreza, priorizando desenvolvimento educacional infantil com uma estratégia inovadora de distribuição direta de renda. Tal estratégia ocorria a partir de programas públicos de transferência de renda, como bolsa escola, bolsa renda e bolsa alimentação. Os projetos contemplavam uma transferência de renda direta para famílias mais pobres, como forma de combate à desigualdade social.

No contexto geral, o governo FHC obteve sucesso no seu objetivo principal, caminhando a passos largos em direção à “modernização”, aderindo à conjuntura da estrutura econômica neoliberal. No âmbito econômico, o viés “pró” mercado de FHC foi seguido: a reestruturação do sistema administrativo, por meio do Plano

Direto, somado a grande entrada de capital externo por meio de alta taxa de juro e principalmente o número expressivo de privatizações, renderam a FHC um superavit fiscal e uma desestatização do governo.

Gráfico 1 - Receita fiscal do governo federal



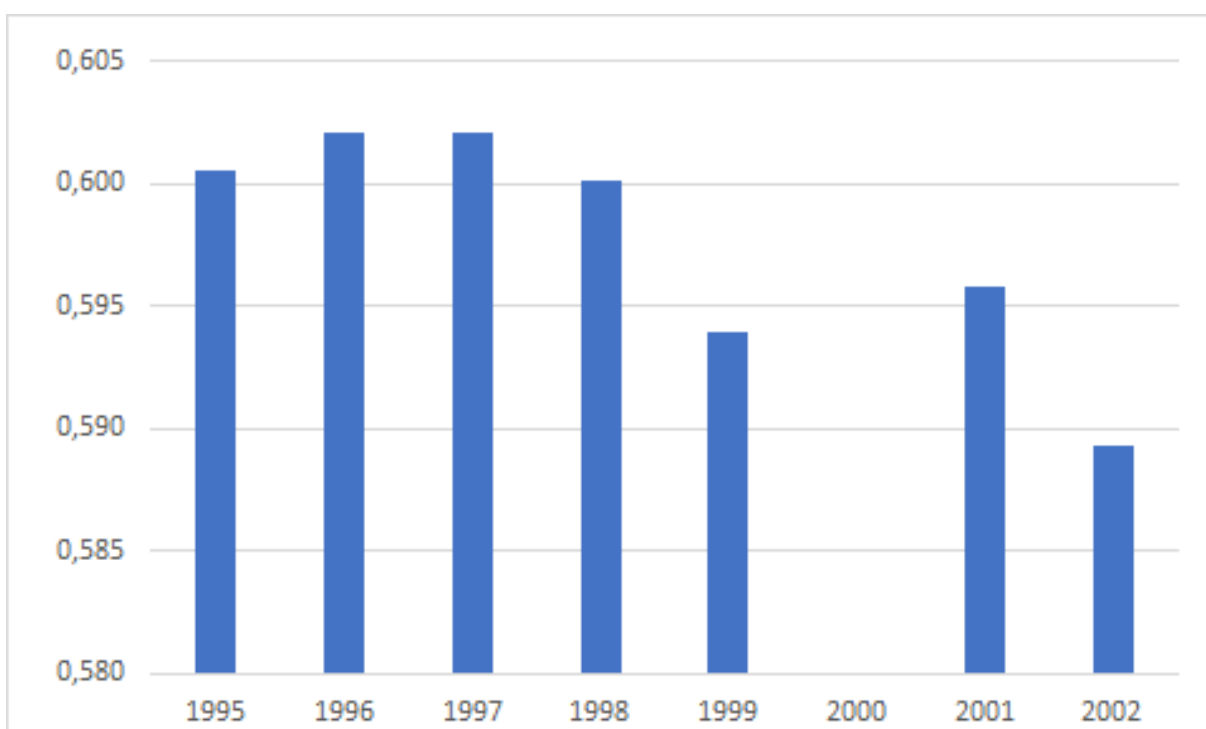
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Do ponto de vista das políticas sociais houve inovação, porém, o desenvolvimento embrionário de políticas de transferência direta de renda não foi o suficiente para o enfrentamento da desigualdade social, o que pode ser analisado por meio do Coeficiente de Gini. Tal indicador econômico é utilizado para a medição de concentração de renda entre determinados grupos sociais de um país. O índice varia de 0 a 1, sendo 0 uma estrutura de total igualdade, não havendo diferença na renda, e 1 representando total concentração de renda, ou seja, apenas um membro da sociedade possui toda a riqueza. O índice geralmente leva em consideração os 20% mais ricos e os 20% mais pobres de uma população. (IPEA, 2004).

Os dados da pesquisa mostrados no gráfico 2 medem o grau da desigualdade na distribuição de renda per capita. Essa série, no entanto, foi

descontinuada, pois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) foi interrompida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000. Como podemos observar os efeitos das políticas públicas sociais, a rede de proteção social influencia em uma diminuição da desigualdade, mas tal enfrentamento se mostra muito discreto.

Gráfico 2 - Coeficiente de Gini 2º governo FHC



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

2.2 Governo Lula: rompimento ou continuidade?

Ao final do ano de 2002, aproximava-se o final do segundo mandato do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sendo esse impedido de concorrer à reeleição. Tal impedimento refere-se à Emenda Constitucional nº 16 (BRASIL,1997), a qual define que os cargos de presidente, governador e prefeito possuem direito de concorrer à reeleição de um único mandato subsequente. Com o impedimento do então presidente, a corrida eleitoral de 2002 conduziu-se entre, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) e José Serra do Partido

da Social-democracia Brasileira (PSDB), sendo Lula o vencedor da corrida presidencial no segundo turno. A vitória de Lula foi um marco histórico, visto que o ele havia sido metalúrgico e sindicalista. Além disso, o posicionamento à esquerda no espectro político era outro fator que indagava a sociedade na época. Em meio às desconfianças dessa futura gestão acrescentava-se um sentimento de esperança por parte da população que ansiava por transformações sociais, assim como insegurança por parte da elite econômica.

A incerteza de ruptura com o sistema econômico vigente era tanta que, ainda no ano de 2002, Lula assegurou seu posicionamento a favor das políticas de controle inflacionário e superavit fiscal. Em uma “Carta ao povo brasileiro”, o candidato eleito anunciou sua intenção de “[...] preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.” (SILVA, 2002, p. 4-5) Além disso, ele também enfatizou a necessidade de coligação do PT com outros partidos, tendo em vista a falta de representatividade parlamentar desse partido.

De fato, o primeiro governo Lula teve um caráter um tanto quanto ortodoxo na economia, dando continuidade à política de metas inflacionárias, continuidade à prática de altas taxas de juros e em determinados períodos a estratégia de controle fiscal. Tais medidas ortodoxas tiveram uma maior presença durante o primeiro mandato, dada a incerteza na condução do poder executivo. (BARBOSA, 2012) Esse alinhamento às políticas econômicas já praticadas no governo antecessor deram confiabilidade ao governo, o que possibilitou um avanço expressivo no campo social. Como evidenciado na obra de Fonseca, Cunha e Bichara (2013), os programas sociais no governo Lula tiveram grande avanço, o projeto Bolsa Família, programa de transferência direta de renda, foi expandido para 11 milhões de famílias.

Ademais, a política de fortalecimento do salário-mínimo real aumentou em 57% durante os mandatos de Lula. Tal política tinha como objetivo o aumento do poder de compra da população, em especial a classe mais vulnerável. Na prática,

o salário-mínimo era reajustado pela inflação do período e somava-se à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), dos últimos dois anos. Dessa forma, essa política garantiu um aumento real do salário-mínimo em todos os anos do governo Lula, de 2003 a 2010.

O sucesso das políticas implementadas pelo governo durante seu primeiro mandato possibilitou, no mandato seguinte, uma sutil ruptura com a convenção do sistema econômico adotado. Como apresentado por Erber (2011), o segundo mandato do governo Lula foi marcado por uma ideia de “neodesenvolvimentismo”, com projetos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). A convenção do neodesenvolvimentismo apresentada pelo autor debruça-se em cinco pilares, esses são: (1) investimento em infraestrutura, em especial setores de energia, saneamento e logística; (2) Investimento residencial, incentivado pelo crédito público e combatendo o déficit habitacional, com o Programa Minha Casa Minha Vida; (3) Ciclo econômico positivo, que aumentava o salário-mínimo e o poder de compra; (4) Incentivo ao capital fixo, por meio de desoneração fiscal e, por fim; (5) Oferta de crédito público.

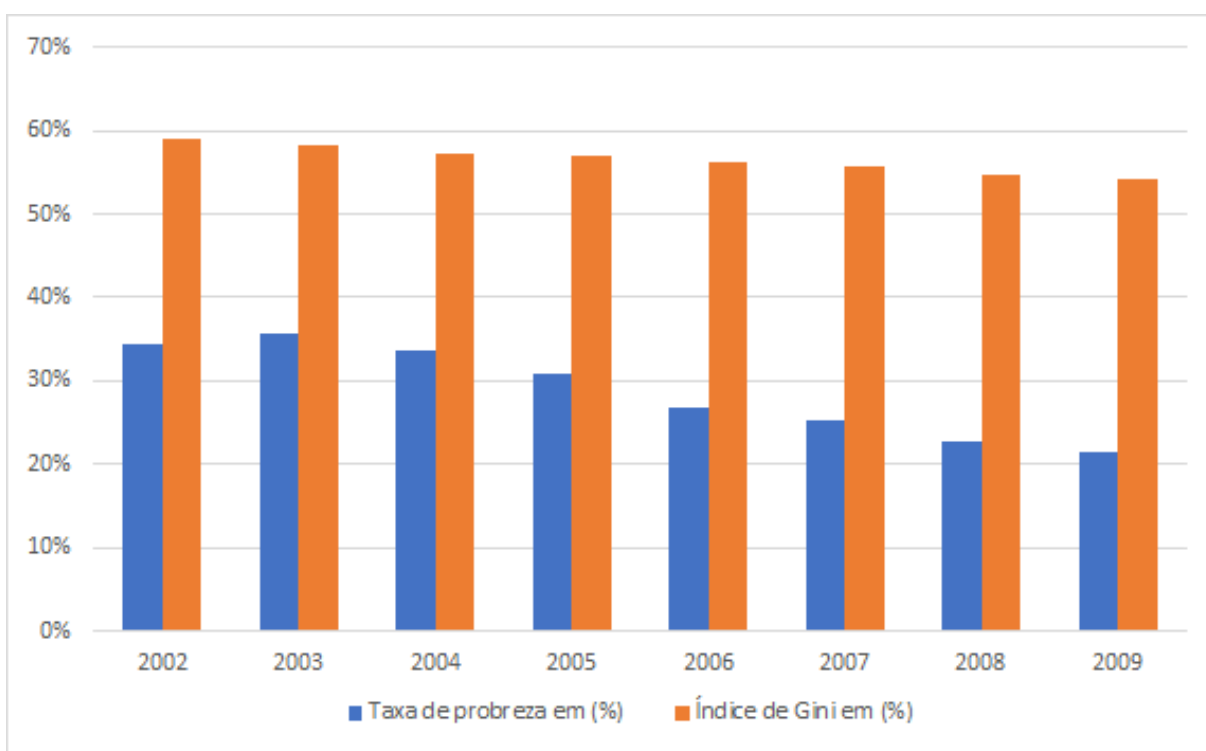
O plano de aceleração do crescimento, aliado às políticas distributivas de renda e ao aumento expressivo do salário-mínimo real, possibilitou uma mobilidade social. Isto é, uma transição entre classes econômicas por parte da população, assim como a criação de uma “nova” classe média. Essa parcela da população que adentrava essa recém-formada classe social foi beneficiada pelas políticas distributivas, e crescimento econômico.

Este grupo atingia 44.19% da população no começo da série em abril de 2002 passa para 51.89% em abril de 2008 a última observação disponível, configurando um aumento de 17.03% da importância da classe média. Se fixarmos o período inicial para depois da instabilidade de 2002 e da recessão de 2003 e passarmos para abril de 2004 a classe média atingia 42.85 da população e sobe cerca de 18,72% até abril de 2008. Ou seja, um crescimento de quase 4% ao ano acima do crescimento populacional do grupo de referência. (NERI, 2008, p.27).

É possível diferenciar os dois governos de Lula a partir de distintas perspectivas adotadas em cada mandato: na primeira metade do período em que

exerceu o cargo de presidente é possível observar uma orientação mais alinhada ao consenso liberal, com controle inflacionário, prática de alta taxa de juro e preocupação fiscal. Após a reeleição, o governo adota uma orientação mais “desenvolvimentista”, com gastos públicos elevados no âmbito social e com investimento estatal nas áreas de infraestrutura, saneamento e energia.

Gráfico 3 - Taxa de pobreza e Índice de Gini em (%)



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

O arranjo econômico não sofre uma ruptura durante esse período, mas ocorre um comprometimento com o aumento de políticas públicas distributivas. Nota-se também o foco desenvolvimentista a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual teve resultados que influíram diretamente nos níveis de pobreza. Ademais, esse período é marcado por uma leve melhora nos índices de desigualdade social. Houve uma melhora nos índices sociais de forma geral, a qual foi expressa com um aumento no salário-mínimo, aumento na oferta de emprego, combate à pobreza, à desigualdade e à vulnerabilidade habitacional. Apesar disso,

manteve-se a estrutura econômica do governo antecessor, com uma conjuntura baseada no tripé macroeconômico de controle fiscal, taxa de câmbio flutuante e metas inflacionárias. O neodesenvolvimentismo exercido durante o segundo mandato Lula caracteriza um afastamento do consenso liberal, em especial o ponto do controle fiscal, apesar de não ter representado uma descontinuação da conjuntura econômica.

3 A GESTÃO MICHEL TEMER: UMA PONTE PARA O FUTURO

O governo Lula foi marcado por uma forte adesão à programas sociais com foco na distribuição de renda, e forte investimento governamental em infraestrutura, com ações executadas por meio de uma política fiscal expansionista. No entanto, os gastos governamentais dos mandatos do ex-presidente Lula elevaram-se, assim como os investimentos estatais. Tais gastos aumentaram em especial durante o segundo mandato, o qual foi marcado pela crise de 2008, com a quebra da bolsa de valores dos Estados Unidos da América. Como recursos de combate à crise, inúmeros países utilizaram de investimentos financiados pelo estado, assim como de uma expansão da base monetária. De modo semelhante, no cenário nacional houve uma intensificação das políticas heterodoxas, gerando como consequência um aumento dos investimentos públicos de 17% a.a em termos reais durante o período de 2006 a 2010. (ARANTES; LOPREATO, 2017)

Esse foi o cenário vigente no Brasil na posse da presidenta sucessora, Dilma Rousseff: uma conjectura de pós-enfrentamento da crise, utilizando medidas desenvolvimentistas com forte atuação do estado no investimento nacional. Para analisar os dois mandatos de Dilma, é fundamental diferenciar a política do seu primeiro mandato, na qual foi adotada a herança deixada pelo seu antecessor e a política sustentada no segundo governo, o qual foi interrompido abruptamente na metade do período esperado.

O primeiro mandato da presidenta Dilma foi marcado por um forte alinhamento às políticas socioeconômicas vindouras de seu antecessor. Houve uma ampliação e inovação de programas já existentes como o Programa Minha Casa Minha Vida 2 (MCMV), medida que tinha como objetivo a ampliação do benefício que já era concedido a parte da população de baixa renda com intuito de facilitar a compra de moradia própria pela parcela de menor renda. Com um investimento total de 125 bilhões de reais durante os quatro anos do primeiro mandato, o programa pretendia entregar dois milhões de unidades habitacionais até 2014. Essa edição do programa MCMV era mais ambicioso que sua primeira

versão, que teve pouco mais de um milhão de residências entregues e um investimento perto dos 50 bilhões. (PASSARINHO; MARTELLO, 2011)

Paralelamente, houve a inclusão de outro programa de caráter combativo à desigualdade, intitulado de Brasil Sem Miséria (BSM). Com o objetivo de retirar 16,2 milhões de pessoas da extrema pobreza, a medida utilizou de políticas de assistência social para a garantia das necessidades básicas de populações necessitadas. Como apresentado na obra de Colin, Gonelli e Moreno (2014), o plano utilizado para o combate à miséria no Brasil foi pautado em três eixos: o primeiro consistia na utilização da assistência social, com impulsionamento de programas como o Bolsa Família, ampliando o benefício e reajustando os valores ofertados pelo programa, além da integração com o Programa Mais Educação (PME). Pode-se concluir que o PME foi uma estratégia do governo para induzir a ampliação da jornada escolar, com uma perspectiva de educação integral. As escolas que adotaram o programa optaram por desenvolver programas como educação ambiental, acompanhamento pedagógico, esporte e lazer, direitos humanos, entre outros. (PROGRAMA, 2018c)

O segundo eixo do Plano Brasil Sem Miséria foi complementar os serviços socioassistenciais com medidas como a Proteção Social Especial (PSE). Essa medida constitui um conjunto de projetos de assistência a famílias e indivíduos em situações de risco ou vulnerabilidade, ocorrendo o acolhimento e tratamento de vítimas de situações de violência física e/ou sexual, abandono, trabalho infantil, entre outras.

Outro eixo abordado foi o da inclusão produtiva, focado na ampliação do acesso da população ao mercado de trabalho. Tal acesso foi planejado por meio da qualificação profissional da população a partir medidas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que oferece cursos gratuitos voltados para a inserção no mercado de trabalho.

A trajetória seguida pelo primeiro mandato do governo Dilma manteve a estrutura de políticas públicas de assistência aos mais necessitados e combate à desigualdade social. Como consequência dessas medidas, com destaque ao Plano Brasil Sem Miséria, em 2014, o Brasil sai do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). (BRASIL, 2014) O órgão também apresenta que no período

de 2002 a 2013 houve uma diminuição de 82% da população em situação de subalimentação.

Enquanto o governo colecionava sucesso nas pautas socioeconômicas, ele enfrentava derrotas no âmbito político. O primeiro mandato Dilma foi marcado por fortes pressões de manifestações populares, inicialmente contra um aumento na passagem de transporte público, mas que posteriormente iriam se tornar em protestos contra a classe política. Soma-se a isso os avanços da Operação Lava Jato em 2014, a qual foi uma das maiores iniciativas de investigação e combate à corrupção da época, segundo o site do Ministério Público Federal. (ENTENDA, [s.d.]) A desaceleração econômica nacional somado ao rompimento político do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o governo estava estagnado em uma posição caótica e acuada. Com pressões sociais e falta de apoio no Congresso o governo Dilma perdeu sua governabilidade e popularidade.

Os subsequentes choques com o Congresso auxiliaram o governo a se alinhar com as proposições dos congressistas, afastando-se das políticas sociais exercidas até então, nomeando Joaquin Levy ao Ministério da Fazenda, e se comprometendo em cumprir com um superavit, contendo os gastos.

É importante salientar a existente divergência entre duas visões acerca das políticas públicas. Alguns autores defendem que gastos públicos são investimentos, que o estado pode intervir na economia e ter resultados exitosos nessas interferências, como ocorrido no primeiro mandato Dilma. Outra visão defende um distanciamento do estado e economia, possuindo uma perspectiva mais rígida no que se refere a gastos públicos, algo mais semelhante a segunda parte do mandato Dilma. Tal concepção da política fiscal expansionista “defende que o afrouxamento dos gastos públicos gera um aumento da dívida pública e conseqüentemente esse descontrole fiscal gera crise econômica.” (DWECK; TEIXEIRA, 2017, p.5)

Dentre os autores que são críticos ao aumento dos gastos públicos por meio de políticas públicas estão os professores de Economia José Luis Oreiro e Nelson Marconi (2016), docentes da UFRJ e FGV, respectivamente. Em seu trabalho conjunto, publicado em 2016, os autores estruturam sua crítica em duas partes: a primeira considera que a política de afrouxamento dos gastos públicos aliado a

juros elevados, a massa salarial crescente e às políticas públicas que se perpetuaram durante o governo Dilma, são um conjunto de políticas que geram inflação e fragilização do setor financeiro, assim como uma desindustrialização da economia nacional.

Outro argumento utilizado pelos autores é o de que o desenvolvimentismo, apesar de não ser uma visão homogênea, pode ser positivamente utilizada para auxiliar no crescimento econômico. A visão denominada “novo-desenvolvimentismo” sustenta o investimento estatal com reservas da poupança interna. Somado a isso, tem-se a “promoção de exportação de manufaturados”, a qual defende a ideia de um impulso inicial para o crescimento econômico, atrelado a um aumento nas exportações, com destaque aos produtos manufaturados. Tal promoção poderia servir como ferramenta de estabilização econômica, no entanto, uma manutenção contínua dessa política enfraqueceria o estado.

Utilizando as características sobre o “novo-desenvolvimentismo” apresentadas em seu texto, Oreiro e Marconi (2016) fazem uma comparação com a estratégia desenvolvimentista adotada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), nomeada de “social-desenvolvimentismo” ou “desenvolvimentismo de esquerda”. Tal estratégia utiliza de uma noção de que o crescimento econômico a longo prazo não está associado a um aumento no coeficiente de exportação de produtos manufaturados, financiados pelo setor privado. Acredita-se, no entanto, que tal crescimento a longo prazo relaciona-se ao aumento no investimento estatal e à expansão do gasto público alinhada a expansão do mercado interno, assim como ao aumento de salários e linhas de crédito. Alguns dos fatores determinantes para compreendermos a crise enfrentada pelo governo Dilma em 2015 são a política social-desenvolvimentista, responsável por gerar um aumento nos gastos públicos, aliada a uma sobrevalorização da taxa de câmbio. Tal sobrevalorização contribuiu para uma perda na competitividade do setor industrial brasileiro, resultando na sua estagnação em 2011.

Outra perspectiva sobre política fiscal expansionista mostra-se mais positiva, correlacionando a crise enfrentada pelo Brasil em 2015 a outros fatores. Para Serrano e Suma (2018), os motivos que geraram essa crise distanciam-se dos argumentos a favor de contenção de gastos, buscando apresentar dois possíveis

argumentos que explicariam a crise. O primeiro argumento apresentado pelos autores é o aumento real do salário-mínimo de 2004 a 2014. Nomeado de “revolução indesejada”, esse aumento exponencial dos salários amplificou consistentemente o poder de compra dos trabalhadores, mantendo-se acima do aumento do crescimento econômico. Essa diferença entre aumento de salário real e aumento de produtividade impactou negativamente nas margens de lucro dos empresários. É válido ressaltar também que a amplificação do poder de compra da população também pode ser explicada pelo conjunto de políticas públicas de distribuição de renda, como a previdência social, o seguro-desemprego e programas como o Bolsa Família.

Outro argumento utilizado pelos autores é que havia uma forte insatisfação por parte do empresariado com a “revolução indesejada”, descrito de maneira difamatória como “inflação de serviços”. De fato, houve uma série de exonerações fiscais com o objetivo de aumentar a margem de lucro dos empresários, porém, o aumento de salário real acima do aumento da produtividade, mesmo com uma desaceleração do crescimento econômico, gerou ainda mais desconforto nos capitalistas. Os autores também relacionam tal situação com “[...] o crescimento da demanda, que já vinha se reduzindo desde 2011, e chega a praticamente zero em 2014, o que em princípio deveria ter conduzido a políticas expansionistas e não contracionistas em 2015.” (SERRANO; SUMA, 2018, p.187).

O alinhamento a visões divergentes da aplicação de política fiscal expansionista não foi o suficiente para aumentar a governabilidade de Dilma. Seu desgaste político tem estopim quando Eduardo Cunha deu sequência a abertura de impeachment da presidenta Dilma. De acordo com Michel Temer, em entrevista à emissora Band, a abertura do processo de impeachment de Dilma se deu por retaliação ao governo, pois o partido não lhe deu apoio no julgamento enfrentado por ele no Conselho de Ética. (TEMER, 2017)

Uma análise do governo Dilma pode ser resumida em dois pontos divergentes: o primeiro ponto seria uma preocupação com a parcela mais pobre da população, no qual os projetos sociais representaram um avanço das políticas já praticadas pelo seu antecessor em larga escala, gerando uma melhora nos índices sociais. Em segundo lugar, podemos citar o alinhamento à ideologia liberal, adotada

no segundo mandato que, não só freou os avanços alcançados durante os primeiros quatro anos, mas também aprofundou os problemas estruturais da desigualdade e concentração de renda. Apesar disso, tal aproximação com o modelo liberal se mostrou ineficaz do ponto de vista político, já que mesmo assim Dilma sofreu o impeachment em 2016.

3.1 As reformas do governo Michel Temer

Após o rompimento com o governo vigente da época, o sucessor da presidenta Dilma, o vice-presidente das eleições de 2014, Michel Temer do Partido Movimento Democrático Brasileiro, assume a presidência do Brasil. Temer assume o cargo de chefe do Executivo em 31 de agosto de 2016, sendo sua visão econômica e pautas sociais ainda mais distantes das políticas praticadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O posicionamento de Temer segue na direção contrária às políticas de distribuição de renda, assistencialismo e investimento sustentados pelo estado. O impeachment marcou efetivamente uma ruptura com a antiga estrutura governamental e um alinhamento ainda maior com a pauta econômica de austeridade.

O Projeto Ponte para o Futuro, plano de governo do novo presidente, apresentou objetivos de reforma do orçamento público, reforma da previdência e equilíbrio fiscal, além de pautar o desenvolvimento na iniciativa privada. Os principais pontos que marcaram o governo Temer foram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, reconhecida popularmente como PEC do teto dos gastos públicos, e a reforma trabalhista. O projeto de Temer desmonta as estruturas de Estado que permitem o desenvolvimento capitalista (vale enfatizar o termo) no Brasil e a realização de políticas sociais em garantia mínima de distribuição de riqueza aos menos favorecidos. (SAWAYA, 2021)

A PEC 241 e suas medidas podem ser avaliadas como boas representantes do governo Temer. A Proposta de Emenda à Constituição 241/2016 foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo, consistindo no congelamento dos investimentos em saúde, educação e gastos com previdência em 20 anos. A PEC incluía a possibilidade de revisão após 10 anos, buscando limitar os gastos públicos nas áreas já citadas, definida pela correção da inflação

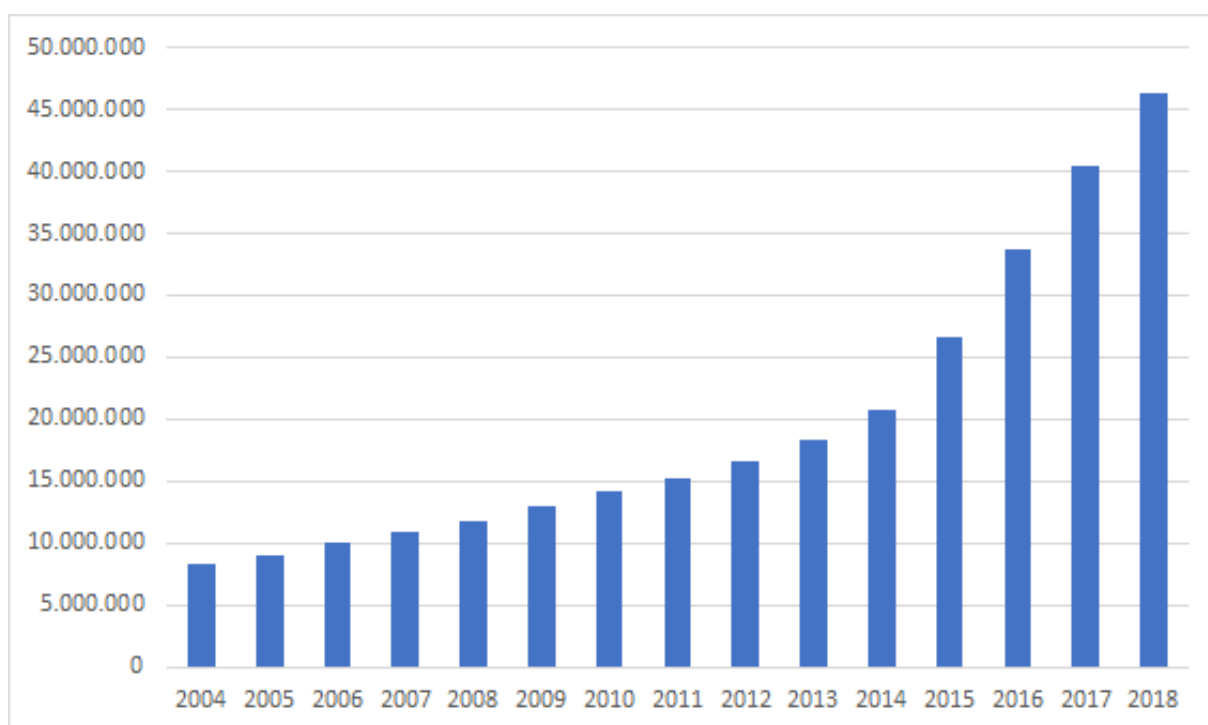
do ano anterior, ou seja, um indexador fixo, não contabilizando outros fatores como aumento de receita ou crescimento econômico. A proposta também inclui uma medida de congelamento do valor do salário-mínimo, prevendo um veto à correção dos salários acima da inflação caso o estado não cumpra com teto de gastos. (ALESSI, 2016) Desta maneira, passaria a não existir a correção real do salário, acarretando uma perda no poder de compra, principalmente dos servidores públicos, aposentados e pensionistas.

Outra medida relevante durante o governo Temer foi a reforma trabalhista. A medida foi apresentada à câmara em dezembro de 2016, sendo aprovada apenas em julho de 2017, após inúmeras alterações no texto original. As principais alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são medidas como o acordo de demissão entre patrão e empregado, assim, com uma demissão consensual, o trabalhador recebe apenas metade do aviso prévio, 20% de multa do FGTS, ao invés dos 40% previsto Art. 484-A do Decreto Lei nº 5.452/1943.

Além disso, a reforma também prevê a diminuição do intervalo de trabalho, sendo obrigatório, anteriormente, o comprimento de uma hora de intervalo e, após a reforma, passando a existir a possibilidade de ser acordado um intervalo de trinta minutos, como consta no Art.611-A do Decreto Lei nº 5.452/1943, incluído pela Lei nº 13.467, de 2017. Prevê-se também que gestantes possam trabalhar em condições de insalubridade de grau médio ou leve. Anteriormente, qualquer gestante ou lactante precisava ser realocada caso suas funções fossem exercidas em locais insalubres. Após a medida, o realojamento ou afastamento de gestante ou lactante ocorre apenas mediante a atestado médico ou em caso de local com nível de insalubridade grave, como consta no Art.384-A do mesmo Decreto já citado. Em suma, as medidas precarizaram o trabalho, transferindo muitos trabalhadores para empregos informais, que, aliado à PEC 241,

pretendiam diminuir os gastos públicos, com redução da atuação do Estado na economia.

Gráfico 4 - Dívida fiscal em milhões



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

As medidas sancionadas durante o governo Temer constituem o retorno da ideologia neoliberal em sua essência. No entanto, a retomada dos ideais neoliberais não foi suficiente para diminuição da dívida fiscal. O governo não somente foi ineficaz em cumprir com suas metas de controle fiscal, mas como também foi agente importante para o sucateamento de todo o setor social,

arrecadando desde perdas dos direitos trabalhistas, até o avanço da concentração de renda e obstáculo nos avanços educacionais e de saúde.

4 GOVERNO BOLSONARO: A DISSEMINAÇÃO DA CRISE SOCIAL

O final do governo Temer foi marcado por uma das eleições presidenciais mais polarizadas da história brasileira. A corrida eleitoral de 2018 foi marcada por fortes rejeições, em especial aos dois candidatos do segundo turno: de uma ponta do espectro político, Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), representava seus antecessores, Dilma e Lula, e uma visão mais heterodoxa da economia e sociedade. Do outro lado, Jair Bolsonaro, candidato do Partido Liberal (PL), defendia pautas conservadoras, com uma visão mais ortodoxa semelhante às praticadas pelo governo Temer. O resultado foi a eleição de Bolsonaro com 55% dos votos válidos no segundo turno das eleições.

Logo de início, uma medida que traçaria o caminho do governo, foi a nomeação de Paulo Guedes ao Ministério da Economia. Guedes é um economista neoliberal, doutor pela Universidade de Chicago que, na visão de Oliveira (2020), considera os pobres e o estado os responsáveis pelos problemas do país. Ademais, o autor ainda comenta que Guedes considera os pobres a classe que drena a riqueza do setor privado, por meio dos programas de assistência social, e vê o estado abrigando “parasitas”, vocábulo utilizado pelo próprio ministro da Economia de Bolsonaro ao se referir a servidores públicos numa palestra ministrada na Faculdade Getúlio Vargas (FGV):

“O governo está quebrado. Gasta 90% da receita toda com salário e é obrigado a dar aumento de salário. O funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação, tem estabilidade de emprego, tem aposentadoria generosa, tem tudo, o hospedeiro está morrendo, o cara virou um parasita, o dinheiro não chega no povo e ele quer aumento automático, não dá mais. A população não quer isso, 88% da população brasileira são a favor inclusive de demissão de funcionalismo público, de reforma, de tudo para valer. Nos Estados Unidos o cara fica quatro, cinco anos sem dar um reajuste. De repente, quando ele dá um reajuste todo mundo: ‘Oh, muito obrigado, prazer’. Aqui o cara é obrigado a dar, porque o dinheiro

está carimbado, e ainda leva xingamento, ovo, não pode andar de avião”. (PAULO, 2020)

As mudanças no governo Bolsonaro começaram rapidamente, já no início do mandato sendo encaminhada uma PEC ao Congresso com alterações no Sistema Previdenciário Brasileiro, com o governo empenhando-se em aprovar a medida no mesmo ano. A Emenda de Constituição nº 103 (BRASIL, 2019a) entrou em vigor em 13 de novembro de 2019 e tinha como objetivo alterar o sistema previdenciário, que tinha como mecanismo a sustentação da classe aposentada pelos trabalhadores mais jovens, que ainda estavam constituindo a massa de mão de obra ativa. A principal medida adotada pela PEC foi o aumento da quantidade de tempo na contribuição necessário para a aposentadoria. A idade mínima de contribuição foi alterada para 62 anos para mulheres e 65 para homens, com 15 e 20 anos de contribuição, respectivamente. O aumento na carga de contribuição teve como objetivo o aumento da arrecadação dos cofres públicos em 800 bilhões de reais em 10 anos.

O estudo mostra que a reforma previdenciária retira direitos sociais e concentra renda no Brasil, um dos países mais desiguais do mundo. Uma das regras dessa reforma é elevar o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos, o que retirará o acesso à previdência pública de grande parte da população que trabalha parte da sua vida no mercado informal. Por fim, as reformas não visam recuperar a economia, mas transformar o Estado brasileiro, retirando sua capacidade de promover políticas sociais e de induzir o crescimento. É uma nova onda de neoliberalismo, com a diferença que o 'consenso neoliberal' acabou, e as medidas agora estão sendo impostas de forma autoritária. (PEREIRA; ASSUMPÇÃO, 2021, p. 13).

O desmonte estatal obteve avanços, uma proposta eleitoral de Bolsonaro, junto a Guedes, era o de arrecadar 1 bilhão de reais em privatizações. De acordo com Rodrigues (2022) o valor arrecadado com privatizações representa cerca de 30% da promessa de campanha, algo perto dos 305 bilhões. Dentre as empresas

privatizadas o caso mais expressivo foi a empresa de energia Eletrobras, sua venda foi efetuada no valor de R\$ 67 bilhões.

O governo Bolsonaro tem tentado dar sequência a esse desmonte dos arranjos econômico-institucionais que viabilizaram a modernização econômica do país entre as décadas de 1930 e 1980 por meio da participação central das empresas estatais como articuladoras do investimento público e privado, nacional e internacional. As justificativas mobilizadas para realizar as privatizações são tão arcaicas quanto contestáveis: a necessidade do ajuste fiscal, ganhos de eficiência na gestão, enfrentamento da influência da política e da corrupção no controle das empresas estatais. Prova disso é que a equipe econômica de Paulo Guedes ampliou as frentes do desmonte, que passaram a operar por meio de: abertura de capitais; busca de parcerias; desinvestimentos; privatizações; incorporações; fusões; cisões; liquidações; concessões; planos de demissão voluntária. (NOZAKI, 2022, p.5).

Outra medida em alinhamento com a diminuição no tamanho do estado, foi a proposta de diminuição na quantidade de ministérios do governo federal. A Medida Provisória (MP) 870/2019 (BRASIL, 2019b) reduz os cargos ministeriais de 29 para 22, utilizando um sistema de coligação de alguns setores, e a extinção de algumas pastas, como por exemplo a eliminação do Ministério da Cultura.

De forma semelhante, no intuito de reduzir o aparelho estatal, o governo implementou uma medida de contingenciamento dos gastos públicos. O decreto nº 11.216/22 (BRASIL, 2022a) teve como objetivo o controle fiscal, por meio de bloqueio de verba nas áreas da saúde, educação e gastos sociais.

O bloqueio evidenciado no relatório de avaliação do terceiro bimestre havia sido de R\$ 12,7 bilhões. Antes mesmo da divulgação do relatório de quarto bimestre, o governo conseguiu reduzir o montante bloqueado para R\$ 7,9 bilhões. O desbloqueio de R\$ 4,9 bilhões (R\$ 12,7 bilhões menos R\$ 7,9 bilhões) no período compreendido entre as duas avaliações só foi possível graças a dois fatores: (i) créditos de R\$ 1,0 bilhão em função da redução de dotações de despesas obrigatórias e (ii) desbloqueios de R\$ 3,9 bilhões derivados do espaço aberto pela Medida Provisória nº 1.135, de 2022 (MP da Cultura). (PINTO, COURI, SOUZA, 2022, p.3)

Houve um rompimento com as políticas sociais criadas nos governos do (PT), o Programa Minha Casa Minha Vida, maior programa habitacional da história do Brasil, sofreu subsequentes cortes de verba durante a gestão Bolsonaro. Ainda houve uma alteração no nome do programa para Casa Verde e Amarela, em uma tentativa de dissociação do programa habitacional criados pelos ex-presidentes do Partido dos Trabalhadores, já que grande parte da sociedade faz uma conexão direta entre o programa habitacional e o PT. Fato é que o orçamento disponível para o programa habitacional despenca, como noticiado por Giovanaz (2021), de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 2,54 bilhões, uma queda de 88%, aproximadamente.

Simultaneamente às medidas adotadas no campo econômico, o governo precisou lidar com uma pandemia no ano de 2019, um surto contagioso do vírus Sars-cov2 que se espalhou pelo mundo. Milhões de brasileiros foram afetado pelo vírus popularmente nomeado de Covid-19, no ano de 2020. Os impactos sociais causados pela pandemia foram vastos, com um impacto direto no agravamento da desigualdade social.

Tendo em vista o cenário sem precedência, as medidas de combate à Covid-19 eram exclusivamente preventivas, dada a inexistência de medicamentos eficazes ou vacinas. Dessa forma, as providências difundidas foram o isolamento social, a utilização de máscaras faciais e a higienização. A recessão econômica causada pelas incertezas, e as restrições no convívio social evidenciaram e agravaram uma desigualdade social já existente. Afetando diretamente o nível de emprego, renda, acesso a saúde e educação. Tal cenário excepcional afetou grandemente às populações mais carentes do mundo, que tendem a possuir empregos informais, os quais exigem um trabalho diário para a aquisição de alguma renda. Diante da realidade em que burlar o isolamento social significava arriscar a própria vida, muitas pessoas se viram entre manter-se seguras do vírus ou alimentadas.

Como consequência do choque externo, gerado pela Covid-19, o governo Bolsonaro deparou-se com uma situação em que era necessário a atuação por intermédio de políticas sociais. Em análise, Lima e Freitas (2020) afirmam que o governo adotou a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho, aumento das linhas de crédito para as firmas e auxílio aos microempreendedores. Houve

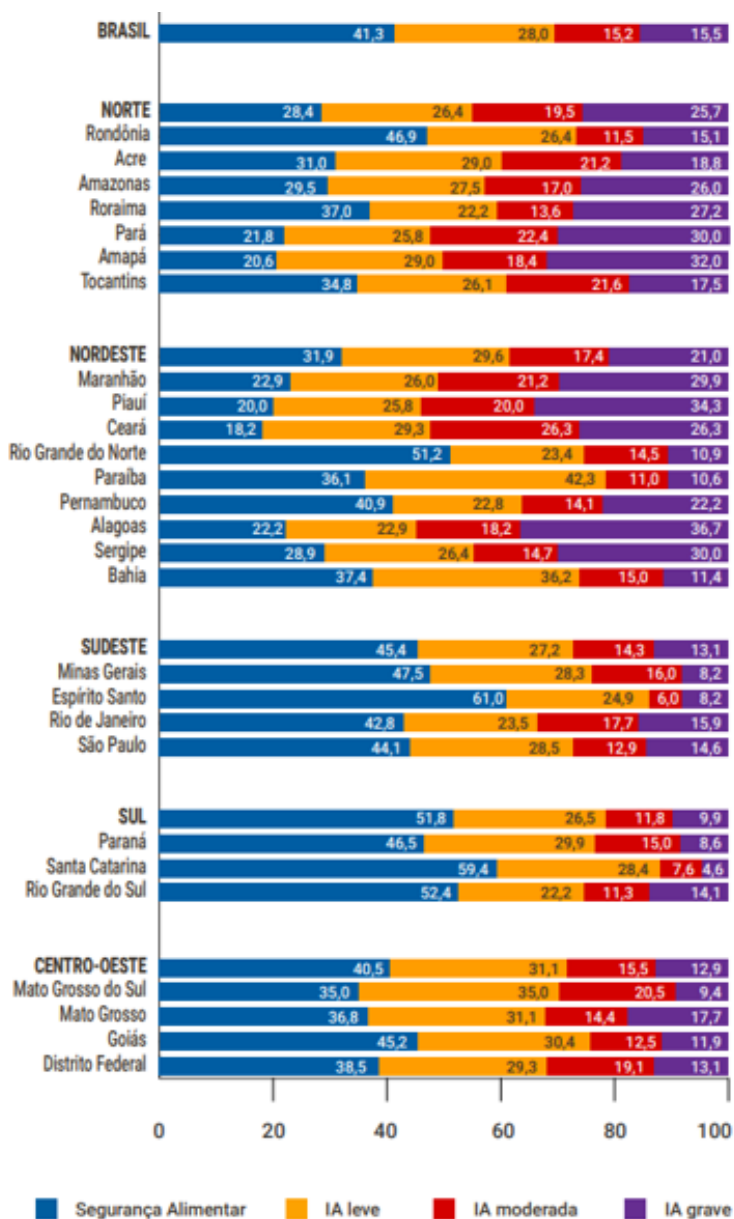
também a política de Auxílio Emergencial, o qual foi um benefício financeiro destinado aos trabalhadores e microempreendedores durante a pandemia, implantado por meio da Medida Provisória 1.039/21. (BRASIL, 2021a)

A implementação da política de transferência de renda não foi de fácil aceitação, mesmo a sociedade passando por uma pandemia. A orientação do governo federal às medidas de austeridade econômica gerou um empasse entre o chefe do executivo e o Poder Legislativo, pois Bolsonaro tecia críticas diretas à proposta de auxílio. Como noticiado por Calcagno (2020), houve uma resistência à proposta de auxílio emergencial por parte do presidente. Bolsonaro afirmava que a manutenção do auxílio representaria um imenso gasto público, de 50 milhões de reais por mês, gasto que o governo federal não teria condições de sustentar.

A Implementação do Auxílio Emergencial, mesmo contra a vontade do presidente, tornou-se uma medida tão popular, que Bolsonaro escolheu manter a política de transferência de renda direta. Assim como no caso do programa habitacional, o programa de transferência de renda passou por uma reformulação e alteração de nome, no mesmo intuito de dissociação do governo do PT. O programa Bolsa Família teve seu nome alterado para Auxílio Brasil. Contudo, na prática, o programa consistia no mesmo sistema de transferência de renda direta para famílias na linha da pobreza e extrema pobreza.

O cenário pandêmico pode ser utilizado como uma exemplificação de como o ideário liberal de utilizar o estado dentro de uma lógica de mercado, visando um aumento de eficiência e contingenciamento de gastos, pode chegar a sacrificar a sociedade para sustentar a economia. A resposta direta de tais medidas governamentais foi um agravamento nas áreas sociais, tendo queda em todos os indicadores sociais relevantes. Houve, por exemplo, um aumento na quantidade de famílias em situação de insegurança alimentar, levando o Brasil de volta para o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), com parte da população brasileira sem perspectiva de quando poderiam fazer sua próxima refeição. “No Brasil, a fome crônica atingiu agora 4,1% e, pelo levantamento, a situação no país é mais grave que a média global”. (JORNAL NACIONAL, 2022)

Gráfico 5 - Insegurança alimentar por regiões do Brasil



Fonte: Instituto Penssan (2022)

Estudos da rede brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) apresentam que cerca de 58,7% dos brasileiros possuem algum tipo de insegurança alimentar. Esse índice é ainda mais grave quando observado em alguns estados, como por exemplo o estado de Alagoas (AL), em que 76,8% do estado possui algum tipo de insegurança alimentar e, dessa porção, 35,7% estão em estado grave de insegurança. Considerando a insegurança alimentar leve o receio de falta de alimento em um curto espaço de tempo,

moderada quando há limitação no consumo de alimento, e grave quando falta alimento. Outra área que não foi poupada do descaso estatal com as questões sociais foi a renda das famílias, uma mudança aplicada no ano de 2020 alterou o cálculo de reajuste do salário-mínimo, em decorrência desta medida o reajuste nesse ano foi de 4,1% enquanto a inflação do ano anterior foi de 4,3%, como mostra Zanobia (2022), gerando uma diminuição real do poder de compra.

Ainda em alinhamento com as políticas de alteração do reajuste salarial praticado, houve a implementação da lei 14.358/22 (BRASIL, 2022b), que fixa o salário-mínimo em R\$ 1.212. A lei promulgada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é oriunda da Medida Provisória 1091/21. (BRASIL, 2021b) Tal medida auxilia a manutenção do ranking brasileiro dentre os países com menor salário-mínimo entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo “o segundo menor salário-mínimo, com uma média de US\$ 2,2 por hora”. (NUNES, 2022)

Em 2021, toda as classes de renda perderam —quanto mais pobre, maior o tombo. Perdeu-se não apenas o avanço de 2020, mas a renda baixou ao pior nível da década, o menor desde 2012, pelo menos (é o último ano para o qual há dados comparáveis). (FREIRE, 2022).

O governo Bolsonaro representa o Consenso de Washington e as políticas neoliberais em seus cernes, com uma busca incessante pela manutenção do tripé econômico. O controle fiscal, metas de inflação e taxa de câmbio flutuante mostram uma devoção à transformação do estado em uma “empresa”, perspectiva que contribui com que o governo não desse destaque a pautas sociais ainda que diante da maior pandemia do século. Assim, durante o governo Bolsonaro as áreas sociais foram obtiveram uma frágil assistência em detrimento do tripé macroeconômico. Como resultados, podemos listar a corrosão das estruturas sociais, o aumento no analfabetismo, uma diminuição do acesso à saúde e à medicamentos, assim como uma queda no salário-mínimo real.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura econômica do Consenso de Washington (1989) e seus efeitos perduram na história econômica até os dias atuais. Uma das consequências observáveis desse modelo é o comprometimento ínfimo, podendo – em alguns casos - até mesmo ser considerado um descompromisso, das políticas neoliberais com o âmbito social.

Podemos observar a síntese crua da cartilha de 1989 implementada no Brasil durante o governo FHC e seu o cumprimento seguido à risca não foi impeditivo para a continuidade da estrutura da desigualdade econômica. A reestruturação administrativa do governo, em conjunto com o enxugamento do aparelho estatal e a busca por trazer a lógica empresarial para o setor público não trouxeram resultados significativos para as questões sociais. Ainda, nesse contexto, por muitas vezes, os parâmetros sociais foram sacrificados para a manutenção da estrutura econômica neoliberal.

Podemos observar que a melhora da desigualdade social é aferida de maneira extremamente sutil no governo FHC, de maneira mais acelerada nos governos Lula e no primeiro governo Dilma. O denominador comum entre esses governos foi a utilização de políticas públicas de distribuição de renda, com tímidos investimentos em FHC, e uma estrutura mais robusta em Lula e Dilma.

Os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma representam um “afastamento” do caminho neoliberal. Apesar de não haver um rompimento com a estrutura econômica, há uma preocupação real com a parcela mais vulnerável da população e um avanço de maneira acelerada ao combate das mazelas sociais, incluindo a fome, o desemprego, a vulnerabilidade habitacional e a desigualdade social. Por meio dessa análise é possível afirmar que os mandatos dos candidatos representados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) foram os períodos com maiores avanços na área de combate à desigualdade no nosso país, ainda que insuficientes para uma alteração radical na realidade brasileira.

No entanto, a estrutura brasileira continua a mesma de 1989, o que é possível observar por meio dos dados disponibilizados no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea. (CARVALHO, 2022) Esses dados mostram

que o Índice de Gini, em 1995, primeiro ano do mandato de FHC, estava em 0,601, enquanto no ano de 2022, já no governo Bolsonaro, o índice apresenta 0,515. Se compararmos tais dados ao índice do último ano do primeiro mandato Dilma, em que o Índice de Gini era 0,518, é possível afirmar que a desigualdade social brasileira não sofre alteração há oito anos.

Pode-se correlacionar as políticas públicas de transferência de renda ao enfrentamento da desigualdade social visto que, na série histórica, os momentos em que há maior queda nos índices são período em que as políticas públicas de transferência de renda estão mais em pauta. O conceito de “gotejamento” que está implícito no Consenso de Washington é ineficaz e insuficiente para acolher os mais pobres, já que política defende a organização econômica que beneficia a classe mais rica da sociedade ao mesmo tempo em que prejudica a classe que está abaixo, os mais pobres.

A história brasileira mostra que essa política é insustentável para a gestão de um país, baseando-se na ideia de que a economia precisa crescer para depois haver uma distribuição dos rendimentos econômicos. Sustentada pela fala do antigo Ministro da Fazenda, Delfim Netto e utilizada como jargão entre pensadores neoliberais, a frase “primeiro o bolo precisa crescer, para depois ser distribuído” (QUEM..., 2011) é uma falácia sustentada por décadas. E, caso o Brasil tenha objetivos de romper com esse sistema de desigualdade, seja por motivos morais, como combate à fome, ao desemprego e à miséria, ou então por motivos econômicos, como por uma melhora na taxa de crescimento econômico, é preciso romper com a conjuntura neoliberal internalizada pós Consenso de Washington (1989). Em uma entrevista ao programa Roda Vida, em 1995, a economista Maria da Conceição Tavares faz um comentário que segue na direção contrária à lógica neoliberalista:

“Uma economia que diz que precisa, primeiro estabilizar, depois crescer, depois distribuir, é uma falácia. E tem sido uma falácia, nem estabiliza, cresce aos solavancos, e nem distribui. E essa é a história da economia brasileira.” (RODA, 1995).

Dessa forma, esse trabalho busca fazer uma crítica às limitações do modelo neoliberal no que tange ao combate da desigualdade social. O reconhecimento da insuficiência do modelo neoliberal em oferecer uma vida digna a maior parte da população de um país de terceiro mundo como o Brasil é fundamental, pois nos permite identificar padrões de governança e exigir medidas concretas aos nossos líderes governamentais. Ao seguirmos uma linha cronológica do que foi feito no Brasil nesse âmbito, podemos compreender a profundidade das raízes que mantêm a atual estrutura governamental. Ademais, é válido também ressaltar que muitos são os efeitos das políticas de combate à desigualdade que foram aplicadas ao longo da história política brasileira, os quais possibilitaram melhorias na condição de vida de milhões de brasileiros, apesar de não ter sanado o complexo problema da desigualdade social no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, Gil. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. **EL PAÍS**, São Paulo, 13 dez. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Acesso em: 26 ago. 2022.

ARANTES, Flávio; CAZEIRO LOPREATO, Francisco Luiz. O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do plano real ao segundo governo Lula. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2017.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. [s.l.], Gráfica Editora Peres Ltda, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, de 05 jun. 1997. Seção 1, p. 11.553. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 09 ago. 1943. Seção 1, p. 11937.

BRASIL. Decreto-lei nº 11.216 de 30 de setembro de 2022a. Altera o Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2022. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF 30 de set. 2022. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019a. **Diário Oficial da União**, Atos do Congresso Nacional, Brasília, DF, 13 nov. 2019. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Medida provisória nº 841, de 19 de janeiro de 1995b. Altera a lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jan. 1995. Seção 1, p. 910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1995/medidaprovisoria-841-19-janeiro-1995-377369-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Medida provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019b. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jan. 2019. Seção 1,

p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Medida provisória nº 1039, de 18 de março de 2021a. Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mar. 2021. Seção 1, Extra A, p. 3.

BRASIL. Medida provisória nº 1.091, de 30 de dezembro de 2021b. Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2021. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 abr. 1990. Seção 1, p. 7103. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.358, de 01 de junho de 2022b. Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 02 jun. 2022. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Plano Diretor da reforma do aparelho do Estado. **Câmara de Reforma do Estado**, Presidência da República, Brasília, nov 1995a.

BRASIL sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO. **Secretaria especial do desenvolvimento social**, [s. l.], 16 set. 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso em: 3 set. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Retrato dos rendimentos do trabalho: resultados da PNAD contínua do segundo trimestre de 2022. **Carta de conjuntura**, [s. l.], Ipea n. 17, ed. 56, 3º semestre 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/09/220901_cc_56_nota_17_rendimentos_e_horas_trabalhadas.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

CALCAGNO, Luiz. Bolsonaro reclama de valor do auxílio emergencial de R\$ 600 durante live. **Correio Braziliense**, [s. l.], 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2020/08/4871644-bolsonaro->

reclama-de-valor-do-auxilio-emergencial-de-r--600-durante-live.html. Acesso em: 2 nov. 2022.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; GONELLI, VM de M.; MORENO, AHVS. O plano Brasil Sem Miséria e a contribuição da política de assistência social na oferta de serviços para a garantia de necessidades sociais básicas. **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. Acesso em: 18 set. 2022.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Texto para discussão**, Campinas, ed. 303, junho 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3532/TD303.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

ENTENDA o caso: Caso Lava Jato. In: **MPF**: Ministério Público Federal. [S. l.], s.d. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 8 out. 2022.

ERBER, Fabio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 31-55, 2011.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja**: para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Editora Record, 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova economia**, v. 23, p. 403-428, 2013.

FREIRE, Vinicius Torres. Pobres ganharam em 2020, perderam tudo em 2021 e largaram Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciustorres/2022/06/pobres-ganharam-em-2020-perderam-tudo-em-2021-e-largaram-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 3 nov. 2022.

GIOVANAZ, Daniel. Triste fim do Minha Casa Minha Vida: como Bolsonaro extinguiu o programa sem alarde. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do mundo, São Paulo, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/triste-fim-do-minha-casa-minha-vida-como-bolsonaro-extinguiu-oprograma-sem-alarde>. Acesso em: 5 nov. 2022.

JORNAL NACIONAL. Brasil volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. **G1**, [s. l.], 6 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2022.

LIMA, Alexandre Vasconcelos de; FREITAS, Elísio De Azevedo. A pandemia e os impactos na economia brasileira. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 4, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/270312501.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008, 70p.

NOVAES, A. Consenso de Washington: Crise do Estado Desenvolvimentista e seus Efeitos Sociais – Um Balanço Crítico. **Ensaio**, v. 1, n. 1, p. p.8-22, 2 dez. 2008.

NOZAKI, William. O desmonte do Estado por meio das privatizações e desnacionalização das empresas estatais federais. **Reforma Administrativa**, Brasília, n. 34, 2022. Disponível em: https://sinait.org.br/doc_reforma/caderno34.pdf. Acesso em: 31 out. 2022.

NUNES, Felipe. Salário mínimo no Brasil é o segundo menor entre 31 países; compare. **Folha de São Paulo**, São José do Rio Preto, 20 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/salario-minimo-no-brasil-e-o-segundo-menor-entre-31-paises-mostra-ocde.shtml#erramos>. Acesso em: 31 out. 2022.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Paulo Guedes e o regime previdenciário de capitalização. **Plataforma Política Social: Caminhos para o desenvolvimento**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/paulo-guedes-e-o-regime-previdenciario-de-capitalizacao/>. Acesso em: 20 out. 2022.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 167-179, jul-dez 2016. Disponível em: http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/10/pdf_1. Acesso em: 31 out. 2022.

PASSARINHO, Nathalia; MARTELLO, Alexandre. Minha Casa Minha Vida 2 terá R\$ 125,7 bilhões em investimentos. **G1**, São Paulo, 16 jun. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/minha-casa-minha-vida-2-tera-r-1257-bilhoes-em-investimentos.html>. Acesso em: 8 set. 2022.

PAULO Guedes compara servidores públicos com parasitas. **G1**, [s. l.], 07 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/02/07/paulo-guedes-compara-servidores-publicos-com-parasitas.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2022.

PEREIRA, Fernando Henrique Arcangelo; ASSUMPÇÃO, Renata Aparecida Borges Pereira da Silva. Os impactos da reforma previdenciária na desigualdade social. **Repositório Universitário da Ânima (RUNA)**, Contagem, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/19823>. Acesso em: 14 set. 2022.

PINTO, Vilma; COURI, Daniel; SOUZA, Pedro Henrique. Programação orçamentária no Decreto no 11.216, de 30 de setembro de 2022. Comentários da IFI nº 17. **Instituição Fiscal Independente**. Brasília: Senado Federal, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/600800>. Acesso em 03 nov. 2022.

PROGRAMA Novo Mais Educação. [S. l.]: **Ministério da Educação**, c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em: 11 nov. 2022.

QUEM é Antonio Delfim Netto: economista foi um dos responsáveis pelo "milagre brasileiro", nos anos 70. **EXAME**, [s. l.], 15 ago. 2011. Disponível em: <https://exame.com/economia/quem-antonio-delfim-netto-468599/>. Acesso em: 3 nov. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (rede PENSSAN). **VIGISAN**: Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: Acesso em: 20 set. 2022.

RODA Viva | Maria da Conceição Tavares | 1995. Direção: Marco Nascimento. Produção: Márcia Maria Ribeiro. [S. l.]: Roda Vida, 1995. 1 vídeo (88 min.) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xKXT_gfBbIA. Acesso em: 11 nov. 2022.

RODRIGUES, Douglas. Bolsonaro arrecada R\$ 304,2 bilhões com privatizações. **Poder360**, [s. l.], 17 jul. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-arrecada-r-3042-bilhoes-com-privatizacoes/>. Acesso em: 27 out. 2022.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 2, p. 393–420, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8656993>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SAWAYA, Rubens R. Uma Ponte para o Futuro: a criação de uma nação estruturalmente pobre. *In*: **Terapia política**. [S. l.], 6 jul. 2021. Disponível em:

<https://terapiapolitica.com.br/uma-ponte-para-o-futuro-a-criacao-de-uma-nacao-estruturalmente-pobre/>. Acesso em: 29 set. 2022.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Conflito distributivo e o fim da “breve era de ouro” da economia brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, p. 175-189, 2018.

SILVA, Alessandra Kely da. Brasil e o legado da década de 1980: crise e orientação da política econômica. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói: UFF/ABPHE, 2017.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao Povo Brasileiro**. São Paulo, jun. 2002. Disponível em: <<https://bitly.com/ZlQcac>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

STIGLITZ, J. E. **The price of inequality**. New York: W.W. Norton, 2013

TEMER admite que Cunha só autorizou impeachment porque petistas não o apoiaram na Câmara. **Congresso em foco**, [s. l.], 16 abr. 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>. Acesso em: 13 out. 2022.

ZANOBIA, Luana. Como o salário mínimo perdeu recomposição no governo Bolsonaro. **VEJA**, [s. l.], 24 out. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/como-o-salario-minimo-perdeu-recomposicao-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 26 out. 2022.